

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.996 - RS (2018/0177027-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JOAO BATISTA COMPARSI NETO
ADVOGADO : JOÃO BATISTA COMPARSI NETO (EM CAUSA PRÓPRIA)
- RS026833
AGRAVADO : CONDOMINIO RESIDENCIAL GOLDEN RIVER
ADVOGADOS : FRANKLIN AMARAL RAMOS - RS008145
PATRICIA RENATA CIOQUETA RAMOS - RS106842

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (2015). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOÃO BATISTA COMPARSI NETO contra decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 217):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ASSALTO - ESTACIONAMENTO - SHOPPING CENTER - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA - DEVER DE INDENIZAR. Sendo o roubo nas dependências do shopping, fato incontroverso, cabe à empresa o ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor, nos termos do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. Responde o Shopping Center réu, objetivamente, nos termos do CDC, pelo serviço prestado de maneira defeituosa, eis que não se incumbiu de zelar e tomar as providências necessárias à segurança do serviço colocado no mercado de consumo, deixando que seu cliente fosse abordado por assaltante armado em seu estacionamento. Ao arbitrar o quantum devido a título de danos morais, deve o Julgador se atentar para o caráter dúplice da indenização

(punitivo e compensatório), bem como às circunstâncias do caso concreto, sem perder de vista os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa.

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 80/90).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação ao art. 85, §2º, do CPC, e pugna pela minoração dos honorários advocatícios, pois, *"no caso dos autos, a presente Ação não foi contestada. Além da petição inicial, o advogado do Recorrido somente fez mais uma petição dizendo que não concordava com a proposta de acordo apresentada"* (e-STJ, fl. 99).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 113/117), o Recurso Especial foi inadmitido pela Corte de origem, ensejando na interposição do presente agravo (e-STJ, fls. 123/132).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Os honorários sucumbenciais foram fixados em 17% (dezessete por cento) sobre o valor da condenação.

A jurisprudência desta Corte entende não ser possível, por meio de recurso especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da sucumbência, haja vista tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, fazendo incidir a Súmula 07/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REDIMENSIONAMENTO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO.

AGRAVO DESPROVIDO.

1. *Inviável o acolhimento da pretensão relativa ao afastamento da sucumbência recíproca, porquanto a revisão do quantitativo em que autor e réu decaíram do pedido é providência que demanda o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado pelo Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.*

2. *Esclareça-se que a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou improvido.*

3. *Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1223865/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018 - grifei)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO NCPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. REEXAME DAS PREMISSAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL. QUANTUM IRRISÓRIO. VERIFICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. [...]

3. *A revisão da verba honorária implica, como regra, reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial nos termos da Súmula nº 7 do STJ. Excepciona-se apenas a hipótese de valor irrisório ou exorbitante, o que não ocorre no caso da lide.*

4. [...]

6. *Agravo interno não provido, com imposição de multa.*

(AgInt no AREsp 1168919/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 04/04/2018 - grifei)

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n. 7/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do Novo Código.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, arbitro os **honorários** recursais em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC, arbitro os honorários recursais em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator